

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

P E N A L I

CONTEÚDO

I. DIREITO PENAL

1. Conceito
2. Funções: tarefas jurídica, preventiva e garantista
3. Direito Penal e Ciência do Direito Penal.
4. O Direito Penal e outros ramos da Ciência jurídica: Direito Constitucional, Administrativo, Cível.
5. Ciências criminais: Criminologia, Política Criminal, História do Direito Penal, Direito Penal Comparado.
6. Ciências auxiliares do Direito Penal.

II. SÍNTESE HISTÓRICA DO DIREITO PENAL

1. Direito Penal romano
2. Direito Penal germânico
3. Direito Penal Canônico
4. Período Humanitário. A era das codificações.
5. Escolas penais
 - 5.1. Escola Clássica
 - 5.2. Escola positiva
 - 5.3. Escola crítica
 - 5.4. O tecnicismo jurídico
 - 5.5. Escola correcionalista
 - 5.6. Escola moderna alemã
 - 5.7. Escola correcionalista

III. SÍNTESE HISTÓRICA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO

1. Período colonial
2. Código Criminal do Império
3. Código Penal da República
4. Consolidação das Leis Penais
5. Código Penal de 1940
6. A reforma Penal de 1984: legislação em vigor
7. Movimento pela Reforma da Parte Especial do Código Penal: o Anteprojeto de 1998

IV. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITO PENAL: GARANTISMO PENAL

- 1.1. Interpretação das Leis Penais, Constituição e Garantismo penal
- 1.2. Princípios constitucionais em matéria penal, função de garantia e tutela penal dos Direitos fundamentais
- 1.3. Princípio da legalidade dos delitos e das penas
- 1.4. Princípio da intervenção mínima
- 1.5. Princípio da Humanidade
- 1.6. Princípio da personalidade
- 1.7. Princípio da individualização da pena
- 1.8. Princípio da culpabilidade

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

V. DA NORMA PENAL

- 1- Da norma penal: conceito e elementos
- 2- Normas penais incriminadoras
- 3- Norma penal em branco
- 4- Normas penais imperfeitas
- 5- Normas penais não incriminadoras: diretivas, explicativas, permissivas, proibitivas
- 6- Destinatários da norma penal

VI. O PROBLEMA DO MÉTODO NO DIREITO PENAL

1. Generalidades: o método lógico-constutivo e o método teleológico
2. O método técnico-jurídico de Arturo Rocco
 - 2.1. Exegese
 - 2.2. Dogmática
 - 2.2. Crítica
 - 1.3. Novas contribuições
3. O modelo integrado para o estudo das ciências criminais

VII. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS PENAIS

1. Considerações preliminares
2. Natureza do ato interpretativo: teoria subjetiva e objetiva da interpretação
3. Meios de interpretação
 - 3.1. lingüístico, gramatical ou literal
 - 3.2. lógico
 - 3.3. Sistemático
 - 3.4. Histórico
 - 3.5. Teleológico
 - 3.6. Extra-jurídicos: sociológico, os costumes, etc.
4. Classificação da interpretação conforme o intérprete: legislativa ou autêntica, judicial e doutrinária
5. Classificação da interpretação conforme o resultado: declarativa, restritiva, extensiva analógica

VIII. FONTES DO DIREITO PENAL

IX. A LEI PENAL NO TEMPO

1. Retroatividade e irretroatividade das leis penais
2. Retroatividade da lei mais benigna
3. Lei Excepcional e temporária
4. Tempo do crime. Teorias. Teoria adotada pelo Código Penal

X. A LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Princípios que regem a aplicação da lei penal no espaço: nacionalidade, territorialidade, justiça universal, defesa.
2. Princípio adotado pelo Código Penal: territorialidade (temperado)
3. Território nacional: conceito
4. Território nacional por extensão
5. Lugar do crime: teorias. Teoria adotada pelo Código Penal

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

6. As embaixadas
7. Extraterritorialidade
8. Eficácia de sentença estrangeira

XI. DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS

1. Imunidades diplomáticas
2. Imunidades parlamentares
3. Chefes de Estado
4. O Presidente da República

XII. DA EXTRADIÇÃO

1. Conceitos e espécies
2. Condições relativas: à infração penal, à pessoa do extraditando, relativas ao procedimento e ao foro.

XIII. CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS

1. Conceito
2. Princípio da especialidade
3. Princípio da subsidiariedade
4. Crime progressivo

TEORIA DO CRIME

DO FATO PUNÍVEL

1. Conceito formal
2. Conceito material
3. Conceito analítico do crime
 - 3.1. Generalidades: antecedentes da moderna teoria do delito
 - 3.2. O conceito causal do crime
 - 3.3. O causalismo teleológico ou o conceito neoclássico do crime
 - 3.4. O conceito do crime na teoria finalista da ação: doutrina dominante.
 - 3.5. Sistemas da teoria social da ação: vertentes causal e finalista
 - 3.6. Imputação objetiva
 - 3.7. Elementos do conceito analítico do crime: teorias bipartida, tripartida, quadripartida, etc.
Doutrina dominante: tipicidade, ilicitude, culpabilidade.

DA TIPICIDADE

1. **Evolução conceitual**
2. **Do tipo penal e seus elementos constitutivos**
 - 2.1. elementos objetivos do tipo: conceito
 - 2.2. elementos subjetivos do tipo: conceito
3. **Dos elementos objetivos do tipo (ou tipo objetivo)**
 - 3.1. Do objeto da tutela penal
 - 3.2. Da conduta: ação e omissão

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

- 3.2.1. Teorias da ação
- 3.2.2. Teorias da omissão
- 3.2.3. Doutrina dominante
- 3.2.4. Exclusão do crime por ausência de conduta
- 3.3. Do sujeito ativo
- 3.4. Do sujeito passivo
- 3.5. Do objeto material
- 3.6. Dos meios e modos de execução
- 3.8. Das circunstâncias de tempo e lugar
- 3.9. Da relação de causalidade
- 3.10. Do resultado
- 4. Dos elementos subjetivos do tipo (ou tipo subjetivo)**
 - 1.1. Do dolo: Elementos estruturais. Espécies de dolo
 - 1.2. Do erro sobre os elementos do tipo: causa de exclusão do dolo
 - 1.3. Da culpa: elementos estruturais
 - 1.3.1. Das modalidades de culpa: imprudência, negligência e imperícia
 - 1.3.2. Das espécies de culpa: consciente e inconsciente
 - 1.4. Elementos subjetivos especiais
- 2. Causas de exclusão da tipicidade**
 - 2.1. crime impossível
 - 2.2. crime putativo ou imaginário
 - 2.3. ausência de um dos elementos objetivos do tipo
- 7. Critérios interpretativos utilizados para limitar do âmbito de incidência dos tipos de ilícito**
 - 7.1. Princípio da insignificância
 - 7.2. Princípio do risco consentido
 - 7.3. Princípio da adequação social
- 8. Do tipo tentado**
 - 8.1. Do *iter criminis*. Fases: cogitação, atos preparatórios, atos de execução, consumação
 - 8.2. Elementos da tentativa
 - 8.3. Causas de inadequação típica da tentativa
 - 8.3.1. Desistência voluntária
 - 8.3.2. Arrependimento eficaz
 - 8.4. crimes que não admitem a tentativa
 - 8.5. punibilidade da tentativa
- 9. Do arrependimento posterior**
- ILICITUDE PENAL E CAUSAS DE SUA EXCLUSÃO**
 - 1. Tipicidade e ilicitude
 - 2. Do injusto típico
 - 3. Causas de exclusão da ilicitude
 - 3.1. Estado de Necessidade
 - 3.2. Legítima Defesa

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

- 3.3. Estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito
- 4. Causa supralegal de exclusão da ilicitude: consentimento do ofendido. Requisitos de admissibilidade.
- 5. Excesso e causas de exclusão da ilicitude

DA CULPABILIDADE E DAS CAUSAS DE SUA EXCLUSÃO

- 1. Da culpabilidade como extrato antropológico da teoria do crime
- 2. Teorias
 - 2.1. Teoria psicológica da culpabilidade
 - 2.2. Teoria normativa da culpabilidade
 - 2.3. Teoria finalista
 - 2.4. Outras teorias
 - 2.5. Doutrina dominante
- 3. Elementos estruturais da culpabilidade
 - 3.1. da imputabilidade como pressuposto da culpa
 - 3.1.1. da imputabilidade: critérios. Critério adotado pelo Código Penal.
 - 3.1.2. Exclusão da imputabilidade
 - 3.2. potencial consciência da ilicitude
 - 3.3. exigibilidade de conduta adequada a norma
- 4. Causas de exclusão da culpabilidade
 - 4.1. Do erro sobre a ilicitude do fato
 - 4.2. Discriminantes putativas
 - 4.3. Coação irresistível
 - 4.4. ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

CONTEÚDO

- 1. Direito Processual Penal** - Intróito. Conceito. Instrumentalidade do Processo. Autonomia. Nomenclatura. Objeto. Finalidades. Relações com outras disciplinas. Processo e Procedimento - Natureza jurídica do processo: teorias. Lineamentos gerais. Relação Processual Penal. Processo como situação jurídica. Processo como procedimento em contraditório entre as partes. Sistema adotado no Brasil. Instrumentalidade do procedimento.
- 2. Processo Penal e Constituição** - Intróito. Garantismo no Processo Penal. Processo Penal e Dignidade da Pessoa Humana. Processo Penal e Direitos Humanos.
- 3. Teoria Geral do Processo e os novos fundamentos do Processo Penal.**
- 4. Princípios Jurídicos e Políticos do Processo Penal** - As tendências políticas e ideológicas do Processo Penal brasileiro.
- 5. História do Direito Processual Penal brasileiro** – As ordenações portuguesas. Ordenações Afonsinas (1446); Ordenações Manuelinas (1523); Ordenações Filipinas (1603). Código de Processo Criminal do Império (1832). Das normas, dos casos judiciais e dos projetos e tendências de reforma do Direito Processual Penal brasileiro. Lineamentos do Processo Penal Militar.
- 6. Sistemas Processuais** - Notas históricas. Sistema Acusatório: origem, princípios, características, formas secundárias, críticas. Sistema Inquisitório: origem, princípios, características, formas secundárias, críticas. Sistema Misto. Sistema adotado no Direito Processual Penal brasileiro.
- 7. Fontes do Direito Processual Penal** - Conceito de Fontes do Direito. Classificação. Fontes formais e materiais. Fontes formais diretas ou principais, indiretas ou secundárias, comuns e especiais. Principais fontes formais comuns e especiais do Direito Processual Penal brasileiro.
- 8. Norma Processual Penal** - Conceito e conteúdo. Limites de validade da norma processual penal. Interpretação da norma. Conceito de interpretação. Necessidade da interpretação. Interpretação quanto aos sujeitos, quanto aos meios, quanto aos resultados. Interpretação e Analogia. O *favor libertatis*.
- 9. Aplicação da Norma Processual Penal no tempo** - Princípio da Imediatidade. Teorias. Irretroatividade da norma processual penal. O problema da norma mais favorável. Problemas relacionados à aplicação da norma processual aos atos processuais. Posições particulares na doutrina e na jurisprudência.
- 10. Aplicação da Norma Processual Penal no espaço** - Princípio da Territorialidade. Conceito de território. Imunidades diplomática e parlamentar. Infrações cometidas fora do território nacional. Tribunal Penal Internacional.
- 11. Sistemas de Investigação Criminal.** – Os juizados de instrução. Conceito de Polícia. Lineamentos históricos no Brasil. Espécies de Polícia. Polícia Judiciária. Investigação e técnicas de investigação policial. Polícia Científica. Os conhecimentos científicos na investigação policial. O Ministério Público e a investigação criminal. Limites da investigação policial. Uso de algemas.

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

Unificação e integração das Polícias. Polícias e manifestações. Buscas e apreensões.

- 12. Inquérito Policial** - Conceito, finalidade, natureza, características, valor probante do inquérito policial. Instauração e procedimento do inquérito policial. Prazo para o encerramento. Destinatário do inquérito policial. A figura do indiciado. A atuação da Defesa. A figura do ofendido. A atuação do advogado. Identificação Criminal do indiciado. Sigilo do inquérito policial. Devolução à Polícia. Produção de provas no inquérito policial. Novas pesquisas e diligências. Arquivamento do inquérito policial.
- 13. Termo circunstanciado de ocorrência** - Conceito. Infrações de Menor Potencial Ofensivo. Produção de provas no Termo Circunstanciado de Ocorrência.
- 14. Prisão Cautelar ou Prisão Provisória** - Fundamentos. Conceito. Constituição, Código de Processo Penal e Leis extravagantes. Modalidades de Prisão Cautelar. Relaxamento da Prisão.
- 15. Prisão em Flagrante Delito** - Conceito de flagrância. Fundamentos da Prisão. Requisitos do auto de prisão em flagrante delito. Controle Jurisdicional. Flagrante nos crimes permanentes, nos crimes habituais, nos crimes de ação pública condicionada e nos crimes de ação penal de iniciativa privada. Imunidades e Prisão em Flagrante Delito.
- 16. Prisão Preventiva** - Conceito. Requisitos e formalidades. Fundamentação.
- 17. Prisão Temporária** - Conceito. Requisitos e formalidades. Fundamentação.
- 18. Prisão Domiciliar**. Conceito. Requisitos e formalidades. Fundamentação.
- 19. Medidas cautelares diversas**. Novas tecnologias no Processo Penal.
- 20. Liberdade Provisória** - Conceito. Justificação. Constituição e Código de Processo Penal. Espécies de Liberdade Provisória. Fiança.
- 21. Habeas Corpus** - Origem e evolução do *writ*. História Brasileira do *Habeas Corpus*. Natureza Jurídica. Conceito. Constituição e Código de Processo Penal brasileiro. Situação atual. Restrições ao seu cabimento. Espécies. Competência. Procedimento. *Habeas Corpus* de ofício. Intervenção do Ministério Público. Observatório de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- 21. Direito de Ação, Pressupostos Processuais e Mérito**. - Conceito. Existência ou inexistência de pressupostos processuais. Pressupostos processuais de existência e pressupostos processuais de validade. Pressupostos processuais e condições da ação. Pressupostos processuais e exceções- Considerações sobre a natureza jurídica do direito de ação. Teorias. Direito de ação: teoria predominante. *Uma homenagem a Hélio Tornaghi*.
- 22. Ação Penal**. Conceito de ação penal. Classificação. Titularidade. Caracteres. Condições da ação penal: da visão da "teoria geral do processo" às posições particulares do Direito Processual Penal.
- 22. Ação Penal Pública Incondicionada** - Princípios. Conceito. Propositura.
- 23. Ação Penal Pública Condicionada** - Princípios. Conceito. Propositura. Justificação de sua existência em nosso Direito. Prazo e sua inobservância. Condições de exercício. Requisição do Ministro da Justiça. Representação do ofendido: conceito, conteúdo, forma, prazo. Ofendido incapaz. Colisão entre os interesses do ofendido e do Representante Legal. Morte ou ausência do ofendido. Retratação da Representação.
- 24. Ação Penal de Iniciativa Privada** - Princípios. Conceito. Propositura. Justificação de sua

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

existência em nosso Direito. Mandato com poderes especiais. Prazo e sua inobservância. Conciliação. Colisão entre os interesses do ofendido e do Representante Legal. Morte ou ausência do ofendido. Ofendido pobre. Renúncia. Perdão. Perempção. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.

25. Denúncia e Queixa - Conceito. Requisitos. Conduta criminosa e capitulação das infrações. Prazo para o oferecimento da denúncia. Arquivamento do inquérito policial ou de peças de informação. Queixa-crime - Conceito. Requisitos. Prazo. Conduta criminosa e capitulação das infrações. Confecção de peças processuais.

26. Sujeitos Processuais - Juiz e Partes. Partes Processuais. Partes Materiais. Legitimidade para a causa. Legitimidade para o processo. Litisconsórcio. O ofendido como Assistente do Ministério Público. Igualdade entre as partes. Processo Penal como processo de partes.

27. O Acusado como pedra de toque do Direito Processual Penal - Conceito de acusado. Denominações. Quem pode ser acusado. "Quasi-imputatus". Pessoa Jurídica como acusada no Processo Penal. Identidade do acusado. Posições no Processo Penal. Direitos do acusado. Presença no procedimento. Revelia. Interesses Protegidos. Curatela do menor.

28. O Acusado e o seu Defensor - Conceito de defensor. Natureza Jurídica. Defesa, Plenitude de Defesa, Ampla Defesa. Conceito de Defesa. Autodefesa e Defesa Técnica. Imprescindibilidade da defesa. Liberdade de defesa. Linhas de defesa. Defensor constituído, defensor dativo e defensor "ad hoc". Defensoria Pública. Princípio da eventualidade.

29. Ministério Público - Ministério Público como Parte Imparcial. Origem do Ministério Público. Princípios e garantias. Ingresso. Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Funções no Processo Penal. Pedido de Absolvição.

30. Assistente do Ministério Público - Quem pode habilitar-se, momento, procedimento, irrecorribilidade da decisão. Posição do Assistente do Ministério Público no Processo Penal. Poderes. Ausência injustificada do Assistente do Ministério Público.

31. Juiz e Jurisdição Penal - A função de julgar. A neutralidade e a imparcialidade judicial: mito ou verdade. Conceito de Jurisdição. Unidade da Jurisdição. Princípios. Finalidade. Espécies. Objeto. Duplo grau de jurisdição. Órgãos da Jurisdição Penal. Função.

32. A figura do juiz, a cognição e a construção de argumentos. Decisionismo e Ativismo Judicial. O Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça.

33. Estudo de casos penais.

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

CONTEÚDO

1. Teoria da prova e meios de prova.

Conceito de prova.

Prova e verdade: laivos inquisitoriais.

Ônus da prova no processo penal brasileiro.

Participação do juiz na fase de instrução: entre o juiz passivo e o juiz instrutor.

Prova obtida por meio ilícito: teorias da prova ilícita, prova ilícita x prova ilegítima, derivação por ilicitude, descoberta inevitável e fonte independente, encontro fortuito, aproveitamento da prova ilícita.

Meios de prova: exame de corpo de delito e perícias em geral, confissão, perguntas ao ofendido, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios, busca e apreensão.

2. Procedimentos.

Procedimento modelo e a ruptura com o modelo bifásico (inquérito-processo). Procedimento comum: competência e técnica.

Procedimento sumário: competência e técnica.

Procedimento sumaríssimo: infrações de menor potencial ofensivo. Composição civil. Transação penal. Autor do fato e acusado. Peculiaridades do procedimento sumaríssimo. Recursos.

Procedimentos especiais: crimes falimentares, crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, crimes de competência originária, crimes contra a propriedade imaterial e crimes previstos na Lei de Tóxicos.

Procedimento do Tribunal do Júri: Origem e importância histórica do Julgamento por jurados.

Tendências de reforma do Tribunal do Júri. Competência. O júízo sumariante. A preparação para o julgamento. O julgamento em plenário. Desaforamento.

3. Competência.

Delimitação constitucional.

Regras do Código de Processo Penal.

4. Atos processuais. Citação, intimação e notificação. Atos jurisdicionais.

Conceito. Classificação. Prazos processuais. Prazos penais. Preclusão.

Citação. Intimação. Notificação: conceito, requisitos e espécies.

Atos jurisdicionais: despacho, decisões interlocutórias, decisão com força de definitiva e sentença.

Sentença: requisitos, emendatio libelli, mutatio libelli, sentença absolutória, sentença condenatória, efeitos civis da condenação, coisa julgada.

5. Nulidades.

Conceito.

Princípios.

Classificação das nulidades.

Momento de arguição.

Extensão dos efeitos da declaração de nulidade. Nulidades no processo penal.

**CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO
- DIREITO e DIREITO PROCESSO PENAL (DE) –**

EDITAL Nº 59 de 28/01/2015, publicado na Seção 3 do DOU de 29/01/2015, páginas 57-59

PROGRAMA: PROVA ESCRITA e PROVA DIDÁTICA

6. Teoria dos recursos e recursos em espécie.

Conceito.

Princípios.

Fundamentos.

Classificação.

Pressupostos objetivos e subjetivos dos recursos.

Efeitos.

Extinção da via recursal.

Recursos em espécie; Apelação, Recurso em Sentido Estrito, Embargos Infringentes e de Nulidade, Embargos de Declaração, Carta Testemunhável, Agravos: regimentais e em execução. Correição Parcial. Tendências de reforma dos recursos no processo penal.

Recursos Constitucionais: recurso Extraordinário, Recurso Especial, Recurso Ordinário. Habeas Corpus como "recurso" e a nova interpretação do STF.

7.Revisão Criminal.

Conceito.

Cabimento.

Legitimação

Competência.

Problemas relativos à revisão criminal: revisão criminal e Júri, revisão criminal e prescrição declarada.

8. Mandado de Segurança no processo penal.

Conceito.

Hipóteses de cabimento.

9.Habeas Corpus.

Conceito.

Origem e importância histórica.

Previsão constitucional e previsão legal.

Hipóteses de coação ilegal.

Habeas corpus preventivo X habeas corpus repressivo:

Competência:

Legitimação:

Procedimento: